



O PAPEL DA ESCOLA E DO PROFESSOR QUANTO AO ASSUNTO HOMOSSEXUALIDADE: UM ESTUDO COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Daniel de Souza Andrade
Universidade Federal de Campina Grande
danielgeo.1ufcg@gmail.com

Maria do Socorro Guedes
Universidade Federal de Campina Grande
socorrogedes4@gmail.com

Sílvio César Lopes da Silva
Universidade federal do Rio Grande do Norte – PPGED- CAPES
Sclopes2@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo surge das inquietações quanto a inclusão do assunto homossexualidade na sala de aula e formação do professor na condução da questão. Para tanto, realizamos um estudo com os professores da escola Estadual Carlota Barreira, Areia-PB, para perceber como os mesmos trabalham e lidam com a questão do preconceito e discriminação a diversidade sexual na escola. Levando em consideração a existência de casos discriminatórios no ambiente escolar, esse trabalho buscou analisar a forma como a comunidade escolar trata essa questão e como, os professores trabalham a questão da diversidade sexual com seus alunos. Para tanto, optou-se pela pesquisa *in loco*, com revisão bibliográfica e aplicação de questionários. Os achados da pesquisa apontam que os professores não foram preparados e nem possuem cursos de formação continuada para discutir e orientar os alunos sobre essa temática. A escola também não trabalha a temática da homossexualidade. Nesse contexto necessita-se de investimentos e adaptações curriculares para que o debate aconteça.

Palavras Chave: Educação, Homossexualidade, Professor, Escolarização, Currículo.

Introdução

Repensar o papel da escola e do docente sobre a homossexualidade e os conteúdos abordados é um desafio que deve ser adotado pelas instituições educacionais objetivando contribuir para a redução de preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transexuais. Nessa perspectiva Ferreira e Luz (2009) afirma que, “ a instituição escolar deve



contribuir para uma educação cidadã e libertadora que contemple a dimensão sexual, a diversidade, os direitos humanos e a multiculturalidade”.

Essa educação cidadã e libertadora irá contribuir para a inclusão de pessoas com diversidades sexuais nas escolas e conseqüentemente em toda sociedade, pois muitos jovens acabam abandonando o ambiente escolar por serem hostilizados, tanto por colegas quanto por professores e funcionários. Ribeiro e Leandro (2012) destacam ainda que o preconceito e estereótipos podem comprometer o desenvolvimento do indivíduo. De acordo com Bento (2008, p 129):

[...] não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala na escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão.

O autor chama a atenção para uma questão pertinente, a questão do invisível, a exclusão do aluno, que na realidade se dá pelo processo da evasão escolar. É como se evadir da escola fosse mais fácil de entender que adentrar a temática da exclusão. Muitas vezes a neutralidade e omissão dos professores e de toda escola acaba contribuindo para uma exclusão que gera maiores conflitos e aumenta a discriminação no ambiente escolar e respectivamente em toda sociedade. Louro (2010, p.64) assegura que as várias formas de procedimentos, normas, currículos, linguagens, entre outros são o *loci* das diferenças de gênero e sexualidade e outras ideologias.

Para tanto, é importante haver a conceituação dessas palavras, sem confundir o significado dessas. Com isto, Meyer et al *apud* Weeks, 1999 (2008, p. 16) diz que:

Enquanto gênero aponta para as formas pelas quais sociedades e culturas produzem homens e mulheres e organizam/dividem o mundo em torno de noções de masculinidade e feminilidade, a sexualidade tem a ver com as formas pelas quais os diferentes sujeitos homens e mulheres, vivem seus desejos e prazeres corporais, em sentido amplo.

As perguntas norteadoras aqui são: Como a escola deve tratar da diversidade sexual? Os professores se sentem preparados para abordar esse assunto? Qual o papel do professor enquanto formador de opinião?

Para tanto, esse artigo buscou analisar como a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Carlota Barreira situada na cidade de Areia-PB trata a temática da homossexualidade, procurou identificar se os professores trabalham a questão da diversidade sexual com alunos, entendendo a participação da escola na inclusão de alunos com “diferenças” sexuais.



O papel da escola na luta contra a homofobia

Iniciamos nossa reflexão a partir de algumas indagações que foram surgindo ao longo do nosso processo formativo, dentre as quais: qual o papel da escola? Será que as instituições educacionais estão contribuindo para a formação de cidadãos e cidadãs conscientes? São essas questões que devemos repensar para os ambientes escolares.

A escola que herdamos pela sociedade ocidental dividi classes, crenças, faixa etárias e sexo (LOPES, 2010). Acolhendo alguns, mas não todos, definindo maneiras e comportamentos, exigindo dos alunos desde o modo de sentar até o de andar. Distinguindo meninos e meninas pelo sexo biológico, descartando as diversidades sexuais. O menino deve ter um comportamento diferente da menina, postura, atividades, falas e outros (LOURO, 1995b).

Essas características das escolas ocidentais ainda são presentes na atualidade, no entanto, as mudanças foram acontecendo pouco a pouco. Como destaca Louro (2010 p. 62),

[...] hoje, outras regras, teorias e conselhos (científicos, ergométricos, psicológicos) são produzidos em adequação às novas condições, aos novos instrumentos e práticas educativas. Sob novas formas, a escola continua imprimindo sua “marca distintiva” sobre os sujeitos. Através de múltiplos e discretos mecanismos, escolarizam-se e distinguem-se os corpos e as mentes.

De acordo com Xavier Filha (2012), ainda existe o medo em trabalhar com temas relacionados à sexualidade, principalmente com crianças. Ela salienta ainda que esse medo se explica por acreditar que temáticas que envolve sexo, diversidade, sexualidade é função dos pais, ou seja da família. Existe todo um cuidado em não interferir na educação familiar, ao afirmar que:

Cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação (BRASIL, 1997, p. 83).

Dessa forma, a escola acaba se tornando coadjuvante no processo de educação sexual da criança. A escola irá fazer novamente o que já foi feito pela educação familiar, tornando-se dependente da família e “refém” do que é ensinado pelos pais. Isso acaba gerando omissão ou negação em desenvolver discussões relacionadas a diversidade sexual, gênero e sexualidade (XAVIER FILHA, 2012).

Ribeiro e Leandro (2012) afirmam que “os processos educativos deveriam provocar, justamente, a discussão”. Por isso é importante repensar o papel da escola, assim como os conteúdos abordados. O papel das escolas acaba se tornando essencial para a desmistificação de



estereótipos e atos discriminatórios, uma vez que as escolas não devem promover a discriminação e nem contribuir para a exclusão de pessoas com “diferenças”. Desse modo, Brasil (2004, 2009, 2010) salienta que isso só será possível quando a comunidade escolar se apropriar de referências teóricas que discutam as identidades sexuais, as identidades de gênero, a legislação pertinente ao tema e as conquistas LGBTTT.

Daí surgiu a questão da formação profissional daqueles que compõem a escola. Como por exemplo a preparação docente para abordar conteúdos como gênero, homossexualidade e sexualidade. Será que os professores se sentem preparados para abordar tais questões?

De acordo com Ferreira e Luz (2009), “o professor é o protagonista central da educação”. Para ensinar algo, precisa no mínimo de conhecimento acerca daquilo que se pretende abordar. Dessa forma, é necessário ir além do tradicional, buscar novas fontes se apropriando de novas abordagens e principalmente propondo aos discentes, exterminar preconceitos, discriminações e desrespeito. Ferreira e Luz (2009), destacam ainda que para tanto é preciso investimentos na formação de educadores.

A neutralidade do professor em casos de desrespeito e discriminação aponta para uma urgente reeducação profissional. Com isto há necessidade da formação continuada, com cursos que visem o crescimento profissional dos educadores para conteúdos tradicionais de sua área e assuntos afins, que prepare para lidar com situações diversas.

Nessa perspectiva, é preciso reverter a ausência de discussão sistematizada a respeito da sexualidade, bem como o tratamento preconceituoso que é dado ao tema, o protagonista dessa mudança – a professora ou professor – precisa ter domínio sobre o assunto, refletir e problematizar essa questão, assumindo a importância desse debate para a formação de gerações futuras, bem como a relevância de uma educação calcada em valores humanos e no respeito aos direitos individuais e coletivos, eliminando qualquer tipo de discriminação do ambiente escolar (FERREIRA ELUIZ, 2009)

Para tanto, Ribeiro e Leandro (2012) *apud* Brasil (2004; 2009; 2010) sugerem processos de formação continuada que são propostos numa série de documentos governamentais tais como: Plano Nacional de promoção da cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Programa Brasil sem Homofobia; Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3; Conferência Nacional de Educação, dentre outros.

Vale salientar também que as concepções e práticas escolares dependem da formação dos professores. É nessa perspectiva que Ferreira e Luz (2009) cita que:





A inclusão de temas como gênero e sexualidade nos cursos regulares e de educação continuada oferecerá base teórica e metodológica para que o docente tenha segurança para apresentar e debater questões que, por sua relevância, não podem ser tratadas de qualquer maneira.

De acordo com a SDH (2015) desde o início do ano de 2015, estão promovendo oficinas de capacitação em parceria com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), órgão colegiado composto por representantes da sociedade civil e do governo federal.

Dessa forma, vale destacar que são intervenções como essas que irão contribuir na formação de uma sociedade consciente, pois o professor tem o poder ou não de formar cidadãos. Uma vez que a discriminação e violência contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais é algo presente em nossa sociedade e precisa ser dizimado. Dados da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) do ano de 2015 registraram 356 denúncias de violação de direitos humanos no país entre a população LGBT, número bem inferior ao ano de 2014 que registrou 1.013 denúncias.

Se levar em consideração os dados da SDH percebe-se que existe uma diminuição bem acentuada no caso de violação dos direitos humanos a pessoas com diversidades sexuais, porém, isso não indica que houve uma diminuição nos casos de discriminação e violência, uma vez que muitas pessoas não procuram seus direitos, por não terem conhecimento ou medo. O papel da escola vai de encontro a essa problemática, que é levar informação aos alunos.

Da exclusão a inclusão escolar

A exclusão do aluno na sala de aula e na escola, espaço e local que deveriam exemplar quanto a inclusão, é na maioria das vezes o espaço onde a exclusão acontece de forma silenciosa, mas direta. O texto abaixo aponta para tal realidade.

...foi na sétima série, no primeiro dia de aula. A professora chegou e falou para nos apresentarmos para todo mundo. Não sei se foi uma brincadeira que ela fez, mas eu guardo até hoje essa coisa dela. Eu estava me apresentando e ela disse: _ 'qual é mesmo o teu nome?' Eu falei: _ 'Fabiano'. _ 'Como é mesmo, Fabiana?' Nisso eu fui motivo de gozação o ano inteiro e até terminar a oitava série. Foram dois anos agüentando ser chamado de viado! Fabiana! (RAMIREZ NETO, 2006, P. 139)

No depoimento acima foi de um aluno chamado Fabiano, o mesmo foi chamado de propósito pela professora de Fabiana, esse é um exemplo 'banal' da despreparação profissional e falta de ética dessa docente.

A homofobia, discriminação, preconceito e ódio estão impregnados em uma sociedade que julga como certo ou errado aquilo que lhes foi/é ensinado pela herança familiar, cultura e religião.



Ferreira e Luz (2009) destaca que é uma ideia egocêntrica que considera como forma “única” e “correta” de vivência da sexualidade as relações heterossexuais:

[...] como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade (LOURO, 1999, P. 29).

Essa visão distorcida sobre a homossexualidade acaba gerando a exclusão de pessoas ditas “diferentes”. A religião, cultura, machismo e muitas vezes a educação familiar acaba contribuindo para exclusão e estereótipos que interferem na formação e convívio dessas pessoas.

De acordo com Ribeiro e Leandro (2012) “quando uma pessoa diz ser homossexual, muitos já olham com um certo grau de autoridade, pois os ditos heterossexuais se sentem superiores a ela”. O desrespeito já se inicia antes do convívio com aqueles que escapam das normas:

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência do sexo/ gênero/ sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a minoria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que impostam (LOURO, 2004, p. 27).

O ambiente escolar deve promover a inclusão, seja por processos pedagógicos ou em última circunstância por punições, pois a situação dos que possuem “diferenças” sexuais é na maioria das vezes de exclusão e falta de autonomia. Essa exclusão gera problemas psicológicos, físicos e moral em gays, lésbicas, bissexuais travestis e transexuais. Uma vez que “a vergonha por ser do jeito que é, o medo e o se esconder atrás de aparências vem da falta dessa autonomia que é relevante para conhecer a si mesmo e aceitar sua condição humana (RIBEIRO et al, 2012).

Dessa forma, Ribeiro e Leandro (2012) ressaltam ainda que “o ambiente escolar deve ser propício para qualquer aluno, que deve ser protegido de qualquer violência que venha sofrer”. A comunidade escolar deve livra-se da hegemonia e incorporar um papel ativo na sociedade.

Materiais e métodos

Localização e caracterização da área estudada

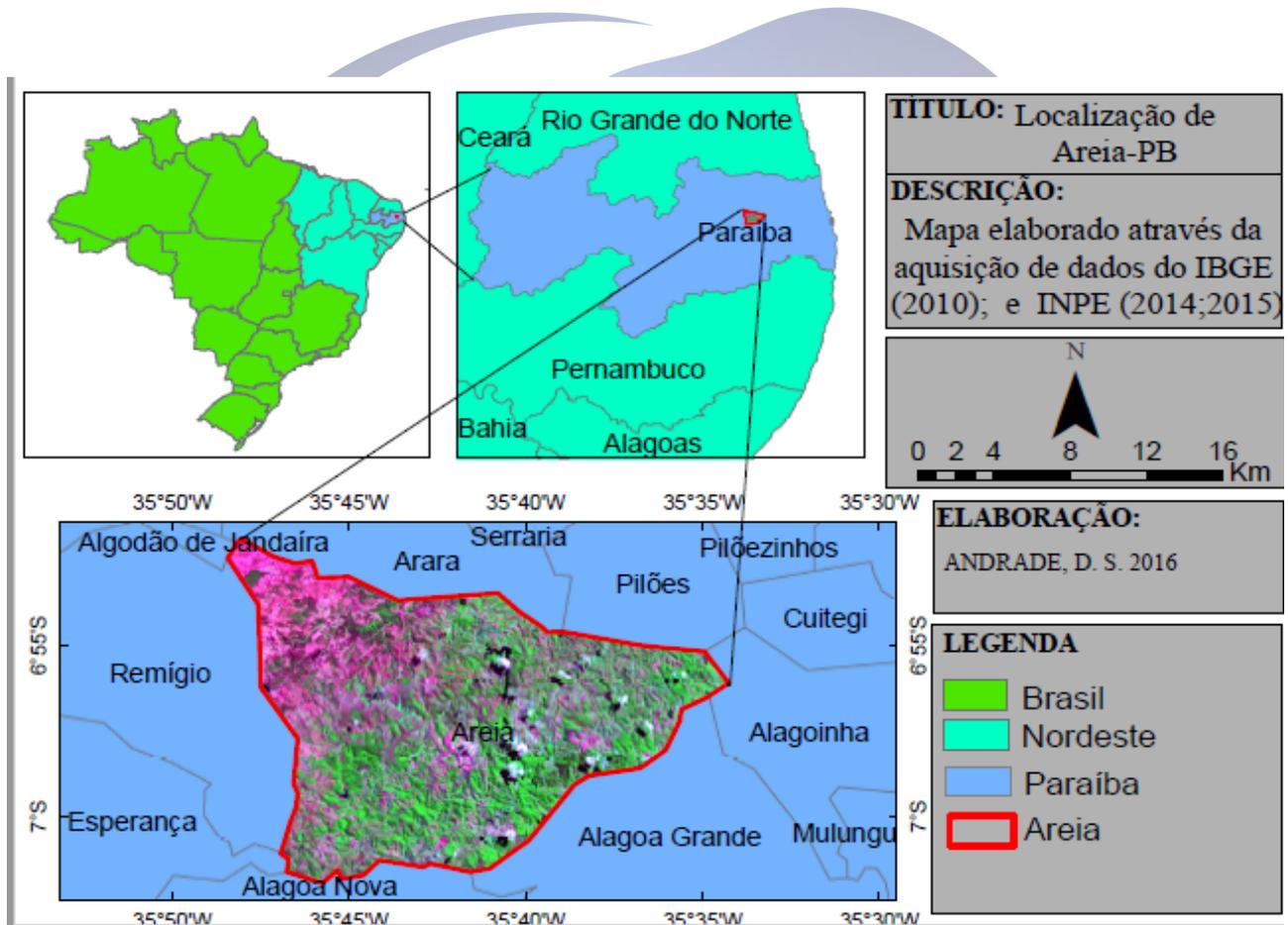
O município de Areia está inserido na região leste do estado da Paraíba, na denominada Mesorregião do Agreste paraibano, mais especificamente na microrregião do Brejo (Figura 1). Constituído de três distritos Cepilho, Mata Limpa e Moquém e a sede do Município propriamente (RODRIGUES, 2002).

O lócus do estudo, fica localizado no Centro da cidade de Areia- PB, na Praça Monsenhor Ruy Barreira Vieira, S/N, CEP. 58397-000. A escola Estadual Carlota Barreira está vinculada a



terceira Gerência Regional de Ensino da Secretaria de Estado da Educação situada na cidade de Campina Grande- PB.

Imagem 1. Mapa de localização do município de Areia-PB



FONTE: ANDRADE, D. S. 2016

Metodologia

Essa pesquisa buscou utilizar uma abordagem dialética, lançando-se de métodos quali-quantitativos e estudo *in loco*. Objetivando analisar e entender a forma como a comunidade escolar trata a temática da diversidade sexual. Para viabilização da pesquisa foi feito um levantamento



bibliográfico entre livros, artigos, dissertações e sites. Com aplicação de 16 questionários sendo que destes apenas 9 foram respondidos e devolvidos. Esta ferramenta de coleta de dados continha 10 perguntas semiabertas, cujos dados enfocam sobre o cotidiano dos professores e da direção e sua inserção a homossexualidade. A aplicação dos questionários ocorreu no período de observação do estágio supervisionado. As questões aplicadas seguiram o modelo pré estabelecido, o qual foi distribuído entre os participantes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Questionário Geral sobre a diversidade sexual nas escolas

Professor de: _____

1. De forma geral, como você enxerga a questão da diversidade sexual (gays, lésbicas...) nas escolas?
2. A Instituição que você se formou lhe preparou para trabalhar com a diversidade sexual no ambiente escolar ou até mesmo como tratar essa temática em sala? Como?
3. Em sua profissão, você já presenciou alguma discriminação a alunos ou colegas gays, lésbicas ou outras “diferenças” sexuais? Pode descrever como aconteceu?
4. Você se sente preparada (o) profissionalmente para discutir sobre a diversidade sexual no ambiente escolar?
5. Em particular, como você enxerga a diversidade sexual nesta escola?
6. Art. 3º. O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.
O artigo supracitado trata-se de uma das propostas que o projeto “Escola Sem Partido” pretende implementar em todas as escolas do nosso país. Qual sua visão sobre essa lei que proibirá o ambiente escolar de tratar dessa temática?
7. O (a) senhor (a) acredita que as discussões sobre orientação sexual devem ser algo familiar ou as escolas devem promover essas discussões com toda comunidade escolar? Por que?
8. O senhor (a) acredita que pode haver a superação de tabus e preconceitos ainda existentes contra pessoas que possuem atração pelo mesmo sexo? De que forma ou por que?
9. Essa escola procura tratar dessa temática? Como?
10. Na sua opinião quais os principais fatores (culturais, religiosos, familiares) que contribuem para a exclusão da diversidade sexual na sociedade e mais precisamente nas escolas?

Fonte: Daniel Andrade

Resultados e discussões

Os resultados da pesquisa quali-quantitativa envolvendo professores e direção da escola Estadual Carlota Barreira teve como principal objetivo entender e analisar como o ambiente escolar trata da homossexualidade. Dentre os demais objetivos desta pesquisa buscou-se identificar se os professores estão preparados para tratar da homossexualidade com seus alunos.

Um breve perfil, mostra que 56% dos pesquisados são mulheres e 44% homens. Quantos as disciplinas tivemos professores (a) de Geografia (2), Artes (2), Biologia (1), Matemática (1), Inglês (1), Português (1), História (1).

De acordo com os resultados obtidos com os questionários identificou-se que 44% dos professores entendem que a homossexualidade ainda é considerada um tabu nas escolas, o preconceito ainda existe e a discriminação continua fazendo parte dos ambientes escolares. 22% acreditam que não existe mais preconceito e esse assunto já é natural entre os alunos e toda a comunidade escolar. Destes, 33% não se referem às experiências vividas na escola.

Todos os pesquisados responderam que não tiveram uma formação voltada para discussões sobre diversidade sexual, sendo este um assunto desconhecido na época da graduação, porém, 33% acreditam ter aprendido com a profissão, no decorrer desta e com as experiências vividas e presenciadas. Ainda, 56% se sentem preparados para abordar a diversidade sexual no ambiente escolar; 22% não se sentem preparados e 22% responderam que em partes sim, se sente preparado (a).

Mas será que esses professores estão realmente preparados para trabalhar com seus alunos temáticas de gênero, homossexualidade e sexualidade? Vale salientar que não basta dizer que é certo ou errado, feio ou bonito. É preciso levar como um assunto normal, com apropriação do conteúdo e segurança do que está sendo construído com os discentes. Como já foi falado no tópico anterior.

Interessante que 55% dos professores informaram que já presenciaram algum tipo de discriminação ou preconceito nos ambientes escolares, com exclusão nos trabalhos, xingamentos e bullying. Isso vai de encontro a resposta do número um, onde a maioria informou que já não se tem mais tanta discriminação, preconceito entre outros.



No questionário foi elaborada uma pergunta que trata do Art. 3º do Escola Sem Partido, que diz o seguinte: O Poder Público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero.

Percebe-se que essa proposta irá vedar a discussão de assuntos como gênero, homossexualidade, sexualidade ou qualquer temática que seja voltada para a orientação sexual dos alunos. O objetivo de inserir essa problemática no questionário foi de verificar se os professores estão informados sobre a proibição de qualquer assunto como os já citados. De acordo com os resultados percebeu-se que apenas dois professores têm conhecimento dessa lei. Um informou que não tem conhecimento e os seis restantes explicaram que é importante a discussão da temática. Porém, não se posicionaram com relação a proposta de lei supracitada. Isso evidencia que poucos professores estão informados sobre assuntos que serão implementados e/ou retirados do ensino básico.

Sobre o papel da escola e da família 67% acreditam que o papel de orientar e informar os alunos vem da família em conjunto com a escola, apenas 11% acreditam que é papel da escola tratar de tais assuntos e 22% julgam ser da família o papel de orientar tais questões, um desses afirmou até que o papel da escola é o de ensinar conhecimentos educacionais, porém a escola deve ir muito além do que formar profissionais, ela deve promover a igualdade e inclusão, isso através de discussões e construção de conhecimentos além do tradicional.

De acordo com os professores pesquisados, a escola não inclui a homossexualidade no plano escolar, as discussões surgem espontaneamente nas aulas. É necessário que as instituições educacionais promovam essas discussões, pois como afirma Bertoline et al (2012) ela “se constitui em lócus de construção, reforço e reprodução de tais sujeitos, normas e seus significados”.

Considerações finais

A partir do desejo em estudar a temática e da oportunidade dada, materializamos o trabalho exposto. As leituras, indagações e experiências vivenciadas na Escola Estadual Carlota Barreira fizeram com que esse trabalho viesse ser executado. Porém, afirmamos a necessidade de maiores pesquisas que venham contribuir para a superação das problemáticas aqui elencadas.

Os resultados da pesquisa apontam para necessidade de investimentos na formação dos professores, tornando esses hábitos, e promover discussões com seus alunos. A direção deve



também contribuir para tais questões, uma vez que é papel da escola formar cidadãos. E para ser cidadão não basta estar presente na sociedade, mas respeitar e tratar todos como iguais, independente da raça, sexo, crença e outros.

Dessa forma, precisa-se de discussões sobre essa temática, com análise sobre o papel do professor e sobre sua formação. Preparados, os professores na sala de aula serão para seus alunos referências. Fica-nos claro que não adianta preparar os sujeitos para o conteúdo, mas é preciso ir além do currículo e das coisas pré estabelecidas, pois a dinâmica da sala de aula requer sujeitos preparados para ser mais, e isso implica, ser mais humanos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do ensino fundamental.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BC00EFE24-1160-4D1A-8695-48061763945C%7D_qualidade_educa.pdf>. Acesso em: 20/09/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Brasil sem Homofobia.** Programa Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília, 2009. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ed. ver. e. atual Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogia da sexualidade. In: Louro. G. L. (org). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BENTO, B. A. M. **O que é transexualidade.** São Paulo; Brasiliense, 2008.

BERTOLINE, V.; FREITAS, L.; OLIVEIRA, A.; QUEIRÓZ, I. Diversidade e educação: para começar a entender as resistências à promoção dos direitos humanos na escola. –Cuiabá, MT: EDUFMT, 2012.

Cidadania e justiça. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/luta-contra-homofobia-avanca-na-ultima-decada>. Acesso em: 23/09/2016 às 22:57 h.

FERREIRA, B. L.; LUZ, N. S. **Sexualidade e Gênero na Escola.** – Curitiba: UTFPR, 2009.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós- estruturalista. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L. Produzindo sujeitos masculinos e cristãos. In: VEIGA-NETO, A. (org). Crítica pós-estruturalista e Educação. Porto Alegre: Sulina, 1995b.

MEYER, D. E. E. Desigualdades de gênero, raça/etnia e orientação sexual no espaço escolar: conceitos e relações. 2008.

RAMIRES NETO, Luiz. *Habitus de gênero e experiência escolar: jovens gays n oEnsino Médio em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, C. M.; LEANDRO, E. G. **Possibilidades (im) possíveis: estudando Piaget e discutindo homossexualidade?!**. –Cuiabá, MT: EDUFMT, 2012.

RODRIGUEZ, J.L. (Coord.). **Atlas escolar da Paraíba**. João Pessoa, 3º ed. 2012.

XAVIER FILHA, C. As dores e as delícias de trabalhar com as temáticas de gênero, sexualidades e diversidades na formação docente. –Cuiabá, MT: EDUFMT, 2012.

